

**XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE
GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU****Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad**Arequipa – Perú
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

**ENTRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A FORMAÇÃO CIDADÃ: O
DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS CIDADÃS NO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO/UFSC****THIAGO GONÇALVES MAGALHÃES**

UFSC- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

dalmau@cse.ufsc.br**MARCOS BAPTISTA LOPEZ DALMAU**

UFSC- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

dalmau@cse.ufsc.br**Resumo**

Esta pesquisa apresenta a análise da contribuição do curso de administração ofertado pela UFSC, no tocante ao desenvolvimento de competência cidadã para o futuro administrador. A investigação contou com as categorias de análise: competências cognitivas, comunicativas, associativas, de aprendizagem, e o desenvolvimento da cultura cidadã e de participação ativa. A pesquisa é caracterizada como qualitativa e quantitativa, e ainda aplicada e descritiva. Na coleta de dados houve pesquisa de campo, documental, bibliográfica e na etapa qualitativa privilegiou-se entrevistas semi-estruturada e aprofundada com os professores/gestores do curso e com alunos formando/egressos, enquanto que na quantitativa utilizou-se a estratégia *survey* com os alunos formando/egressos. O tratamento dos dados contou com a análise qualitativa, conquanto aos quantitativos utilizaram-se gráficos, tabelas e estatísticas. A partir da análise é possível apontar que o curso de administração na percepção de seus alunos e professores que o curso contribui em partes para o desenvolvimento das competências cidadãs, principalmente porque o curso possui ênfase no contexto profissional. Como sugestões de melhorias, propõem-se uma maior divulgação e incentivo das oportunidades extraclasse para os alunos, a interdisciplinaridade entre os cursos, a utilização de metodologias que possibilitem os alunos a vivência do contexto da cidadania ativa.

Palavras-Chave: 1. Desenvolvimento de Competências 2. Competência Cidadã; 3. Cidadania

1 INTRODUÇÃO

A administração pública passa por um momento em que são reivindicadas transformações econômicas, sociais e políticas. Movimentos sociais, protestos e manifestações pelos diversos meios e formas nas comunidades, mundo a fora, como a primavera árabe, os movimentos *occupy* nos Estados Unidos e na Europa e as manifestações de julho de 2013 e março de 2015 no Brasil, são reflexos destas reivindicações. Esses movimentos, conforme relata Castells (2013), retratam sentimentos de indignação e de esperança relacionados também ao anseio das pessoas por maior participação. São mudanças expressas pelos indivíduos em função de seus interesses predominantes (HIRSCHMAN, 2002), os quais refletem na sociedade contemporânea e no setor público.

Neste sentido, Mardones (2013) argumenta que o anseio por maior participação necessita, em contrapartida, da atuação cidadã por parte dos indivíduos. Logo, evidencia-se a necessidade de educar para a cidadania que, conforme Bolívar (2007), visa contribuir na formação de cidadãos mais competentes civicamente e comprometidos com as responsabilidades de pensar e agir, tendo em conta as perspectivas plurais. O autor destaca que formar para a cidadania não é uma tarefa fácil, uma vez que abrange desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e a participação que os indivíduos necessitam aprimorar, tanto no contexto educativo, como no contexto social.

Formar para a cidadania é um processo complexo que consiste em progredir de uma concepção passiva para a cultura de cidadania ativa. Isso significa que não é somente desenvolver a formação baseada em conhecimentos, compreensão e comportamentos que permitem a convivência em comunidades e a observação das leis; é, sobretudo, promover o desenvolvimento de habilidades de participação para assumir posições críticas, debater com argumentos sólidos, propor modelos alternativos de estruturas e processos democráticos, ou seja, a construção de competências para a participação cidadã (BOLIVAR, 2007).

Nesse sentido, a competência cidadã é entendida por Camacho *et al* (2012) como um conjunto de conhecimentos, habilidades cognitivas, emocionais, comunicativas, sociais e éticas que, articuladas entre si, geram atitudes para planejar ações de melhorias, propiciar a convivência pacífica, a participação responsável e construtiva; bem como a compreensão e a valorização da pluralidade como oportunidade e riqueza da sociedade na busca do bem estar coletivo e do desenvolvimento do entorno profissional, educacional e social (LÚQUEZ; SANSEVERO, 2010).

De acordo com Fernández e Sánchez (2011) o ambiente universitário ganha evidência quando se fala em desenvolvimento da competência cidadã, uma vez que a sociedade espera que as Instituições de Ensino Superior (IES) preparem seus profissionais para problematizar a realidade social. Este pensamento vai ao encontro do que Bernhein e Chauí (2008) enfatizam sobre a relação entre a sociedade e as IES, ao dizerem que o mundo acadêmico deve envolver-se mais com os processos sociais, econômicos e culturais, mantendo as características que a distinguem como academia. Belloni (1989, p.55) defende posição semelhante, ao afirmar que "A educação é um serviço ou bem público não só porque recebe recursos públicos, mas principalmente porque seus benefícios (profissionais qualificados, cidadãos conscientes, conhecimento produzido e disseminado) atingem toda a sociedade".

Diante das particularidades de seus laços com a sociedade, as universidades são consideradas comunidades excepcionais sob várias perspectivas de análise (FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2012). Ortiz (2008) evidencia a natureza transitória, o desenvolvimento individual da autoconsciência, a capacidade de autodeterminação e auto aperfeiçoamento e a estruturação de convicções como características dessa fase da vida do indivíduo. O autor salienta, ainda, que o desenvolvimento particular de autoconsciência, autoestima e a capacidade de autodeterminação ocorre nesta fase de desenvolvimento da personalidade, incorporando a

função autoeducativa e de auto avaliação, o que resulta na ampliação de possibilidades de potencialização de projetos de aperfeiçoamento da ação cidadã.

No entanto, Fernández e Sánchez (2011) enfatizam que as estratégias educativas aplicadas nos contextos das IES, falham em relação ao potencial educativo do trabalho social, posto que privilegiam, predominantemente, o desenvolvimento profissional em detrimento da preparação para problematizar a realidade social. Os autores argumentam, ainda, que as IES, ao serem afetadas, muitas vezes, pela improvisação, pelo esquematismo e pelo formalismo, não promovem eficazmente a autonomia e o desenvolvimento do papel de protagonista dos estudantes na atividade sociopolítica, tampouco o emprego criativo das ferramentas e dos valores da profissão para transformar situações sociais as quais estão correlacionados.

Alarcón e Sanches Noda (2000) corroboram com tal visão ao salientarem que a missão social das universidades transcende o aspecto funcional das profissões, enfatizando a responsabilidade com que precisam assumir quanto a formação integral do profissional para promover o desenvolvimento local e social. Nesse sentido, evidencia-se a relevância da competência cidadã como foco de atenção e promoção no contexto da educação nas universidades, uma vez que, subjacente ao seu papel formador em termos técnico-profissionais, as instituições de ensino, como organizações com propósito de agentes da educação, podem fornecer recursos e subsídios que contribuam para que os jovens tornem-se profissionais e cidadãos participantes na sociedade. Os autores salientam ainda que os desafios da educação consistem em qualificar a população para o exercício da cidadania e contribuir para construir a dimensão social e a ética do desenvolvimento econômico.

De maneira geral, autores como Tobón (2007), Bolívar (2009), Fernández e Sánchez (2011) e Mardones (2013), argumentam que a competência cidadã destaca-se como fundamental nos dias atuais no que tange ao desenvolvimento das sociedades. Para os autores, é por meio da ação cidadã que se pode mudar a realidade social, fazendo frente às crises, às incertezas, às mudanças constantes. Diante de situações de desagrado é necessário que os indivíduos assimilem uma cultura ativa de participação, bem como expressem as competências necessárias para atuar de forma a solucionar os problemas e enfrentar os desafios.

Logo, por crer na importância do papel das universidades na formação integral dos indivíduos no que diz respeito ao processo de formação profissional, bem como por acreditar que as instituições de ensino possuem a responsabilidade e os subsídios necessários para formar profissionais cidadãos que possuam a capacidade e vontade de mudar as estruturas sociais que permeiam seu âmbito profissional e social, e tendo em vista as necessidades que a sociedade têm imposto no tocante à Competência Cidadã e a realidade de preparação que os universitários adquirem durante a universidade o **objetivo de estudo consiste em analisar a contribuição do curso de administração ofertado pela UFSC para o desenvolvimento da competência cidadã de seus egressos.**

Para tanto, apresentada nessa introdução a contextualização do tema e o objetivo do estudo, na sequência se apresentará uma revisão da literatura no qual se apresentará as principais categorias de competências cidadã. No terceiro item apresenta-se o caminho metodológico da pesquisa, seguido dos principais resultados encontrados. Por fim, apresentam-se as conclusões e as referências bibliográficas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste revisão da literatura apresenta-se os seguintes pontos: a formação cidadã e suas particularidades e competências cidadãs. No terceiro tópico apresenta-se um modelo de análise desenvolvido a partir da revisão dos principais autores referência da temática em apreço.

2.1 Formação Cidadã

Bolívar (2009) argumenta que desde os anos 1990 há um crescente interesse, tanto da teoria ética e política como da prática educativa, para a educação voltada à cidadania, visando formar cidadãos mais competentes e comprometidos civicamente, mediante a participação nas responsabilidades coletivas. Esse interesse baseia-se no entendimento de que não são as estruturas formais de uma democracia que a fortalecem e a tornam sustentável, mas as atitudes cívicas e a participação ativa de seus cidadãos.

Osler e Starkey (2006) enfatizam que a formação para a cidadania adequadamente orientada consiste em algo mais do que o aprendizado de ações básicas relacionadas com as instituições, os direitos humanos e os procedimentos da vida política, devendo impactar sobre todo o sistema educativo, incluindo ações paralelas em outras instâncias sociais.

Nessa perspectiva, Bolívar (2009) também argumenta que a educação para cidadania consiste em um conjunto de práticas escolares e sociais que contribuem para consolidar os valores que permeiam a sociedade. Diante disso, destaca-se que o processo de formação de cidadãos não se reduz a ensinar um conjunto de valores próprios de uma comunidade democrática, mas sim estruturar as instituições e a dinâmica da sala de aula com processos (diálogos, debates e tomadas de decisões) em que a participação ativa na resolução de problemas da vida comum contribua para criar hábitos e virtudes cidadãs.

Em concordância com estas afirmações, Euridice (2005) expõe que diversos estudos e investigações demonstram que a educação cívica, como a educação moral, não pode consistir somente no processo de aprendizagem de uma disciplina, ou seja, uma aprendizagem conceitual, mas sim em um conjunto de práticas pedagógicas e educativas que contenham, pelo menos, componentes básicos como conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Além disso, destaca-se a importância das redes de participação e a articulação entre os centros de ensino e a sociedade, uma vez que essas instituições, isoladamente, não podem satisfazer integralmente todas as necessidades de formação dos indivíduos.

Assim, Elmore (2003) propõe que a missão dos centros de ensino consiste em possibilitar aos alunos desenvolver conhecimentos e competências julgadas fundamentais, a partir de sua vida acadêmica. O autor faz uma comparação para demonstrar sua proposta, destacando que os alunos devem ter um “salário mínimo”, representado aqui por um salário cultural mínimo, que possibilite a inclusão e a coesão social.

2.2 Competências Cidadãs

Fernández e Sánchez (2011) expõem que a competência cidadã expressa uma relação de mediação entre o compromisso cidadão e o desempenho social transformador, sintetizando características e qualidades distintivas do desempenho social do cidadão para consolidar uma nova maneira de socializar e interagir ativamente no contexto profissional e social.

Os autores destacam que as competências cidadãs são um grupo especial, diferente e interconectado, em relação às competências profissionais e as humanas. Suas diferenças residem no escopo e no campo em que as especificidades se desdobram, na natureza dos problemas que buscam resolver e na singularidade de sua dinâmica formativa, esta fundamentada na problemática de situações civicamente transcendentais e não em situações de uma dada profissão. Independente dessa distinção, existe uma relação de interdependência, mútuo enriquecimento e complementariedade, que se expressa no desempenho social do indivíduo com a totalidade.

Para Barrera e Salgado (2012) as competências cidadãs se definem como o conjunto de conhecimentos, habilidades cognitivas, emocionais e comunicativas que, articuladas entre si, possibilitam que o cidadão atue de maneira construtiva e ativa na sociedade moderna. Já Camacho *et al* (2012) complementam que as competências cidadãs se convertem em

ferramentas básicas para promover uma aproximação entre a prática acadêmica universitária e a sociedade. Para isso as atividades empreendidas nas IES devem orientar-se para o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e atitudes sobre a cidadania e a convivência, desafio que somente se alcança com a participação ativa dos estudantes e dos atores sociais externos, mediante um processo de reflexão sobre a sua atuação e da ação transformadora.

Tobón (2006, tradução nossa) refere-se a uma abordagem para o desenvolvimento de competências cidadã com base nos critérios de saber ser, o saber conhecer e o saber fazer, e define as competências como um processo complexo que as pessoas colocam em ação-atuação-criação, para resolver os problemas e realizar atividades (da vida cotidiana e do contexto profissional de trabalho), contribuindo para a construção e transformação da realidade. A abordagem adotada pelo autor enriquece o contexto em estudo, pois traz um enfoque conveniente que pode ser usado no ensino profissional, no qual o tema da cidadania está inserido.

No Quadro 1 são apresentadas as principais classificações das competências cidadãs estabelecidas pelos autores Soriano (2006); Fernández e Sánchez (2011); Camacho *et al* (2012) e Mardones (2013). Conforme os conceitos apresentados é possível constatar a convergência na definição das dimensões das competências cidadãs, bem como verificar particularidades de cada classificação.

Quadro 1: Classificação das competências cidadãs

| CATEGORIAS DE COMPETÊNCIAS CIDADÃS - PRINCIPAIS AUTORES | | | |
|--|--|--|-------------------------------|
| Soriano (2006) | Fernández e Sánchez (2011) | Camacho et al (2012) | Mardones (2013) |
| Navarra/Spain | Cuba | Venezuela | Barcelona |
| Crítica/ Resolução de Conflitos | Problematizadora, Decisória e Mobilizadora | Conhecimentos/ Habilidades Cognitivas | Profissional/ Social/ Pessoal |
| Comunicativa e Social | Associativa | Habilidades Comunicativas / Habilidades Emocionais | Interpessoal/Social |
| --- | Sócio Educacional | Habilidades Éticas e Sociais | Pessoal |
| --- | Sócio Transformadora | --- | --- |

Fonte: Literatura consultada (2015)

No quadro anterior buscou-se apresentar as principais categorias estruturantes da competência cidadã propostas pelos principais autores referência na temática das competências cidadãs, tornando possível perceber as relações entre as classificações abordadas. Vale ressaltar que o estudo de Soriano, desenvolvido em 2006, foi um dos primeiros trabalhos sobre o tema, seguido de outros que apontaram novas classificações e competências, então agregadas às categorias anteriores (FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2011; CAMACHO *et al*, 2012; MARDONES, 2013), os quais foram utilizados nessa pesquisa. Assim, percebe-se similaridades entre as categorias estabelecidas pelos autores, principalmente porque os trabalhos de Fernández e Sánchez, Camacho *et al* e Mardones, têm como base as dimensões teóricas propostas por Soriano (2006).

2.3 Modelo de Análise das Competências cidadãs

Com base na revisão da literatura foi possível elencar as principais categorias de competências cidadãs. A partir de então, baseando-se nas peculiaridades da formação cidadã e nos critérios de desenvolvimento de competências de Tobón (2007), quais sejam, o saber ser, o saber fazer e o saber conhecer, foram delimitadas as principais competências cidadãs definidas

para os dias atuais, encontradas mais especificamente nas publicações da América Latina e da Europa.

Quadro 3: Delimitação das competências cidadãs

| Pensamento Complexo da Competência | CATEGORIAS | | | | Macro-Categorias | |
|---|---------------------------------------|--|---|--------------------------------------|------------------|---|
| | Soriano (2006) | Fernández e Sánches (2011) | Camacho et al (2012) | Mardones (2013) | | |
| SABER SER , SABER CONHECER e SABER FAZER | Crítica/ Resolução de Conflitos | Problematizadora, Decisória e Mobilizadora | Conhecimentos/ Habilidades Cognitivas | Profissional / Social/ Pessoal | ➔ | Cognitivas: Desenvolvimento do pensamento crítico, Tomada de decisão e ação cívica. |
| | Comunicativa e Social | Associativa | Habilidades Comunicativas / Habilidades Emocionais | Interpessoal / Social | ➔ | Comunicação e Emoções Associativas; Cooperação e trabalho em equipe |
| | | Sócio Educativa | Habilidades Éticas e Sociais | Pessoal | ➔ | Aprendizagem/ reconhecimento da pluralidade e diversidade. |
| | | Sócio Transformadora | | | ➔ | Transformação de Ações estratégicas |

Fonte: Elaborado pelos autores com base na literatura pesquisa (2015).

A respeito das competências cognitivas, Camacho et al (2012, tradução nossa) argumentam que buscam possibilitar os indivíduos a serem capazes de gerir a informação suficiente e pertinente, empregar diferentes fontes de informações e o seu processamento; planejar soluções para problemas ou conflitos, tomando decisões adequadas ao contexto específico; compreender e ponderar criticamente posições e critérios assumidos pelas comunidades; buscar a autorreflexão e a autoaprendizagem.

Assim, a partir das categorias apresentadas por Halpern, Córdova (2010) apresenta as principais competências básicas cognitivas, as quais são: Capacidade de abstração, análise e síntese; Capacidade de aplicar os conhecimentos na prática; Capacidade de organizar e planejar o tempo; Capacidade de internalizar os conhecimentos da área de estudo e da profissão; Responsabilidade social e compromisso cidadão; Capacidade de crítica e autocrítica; Capacidade de atuar em novas situações; Capacidade criativa; Capacidade de identificar e resolver problemas; Capacidade para tomar decisões; Capacidade do compromisso ético; Capacidade de atuar e se comprometer com a qualidade; Capacidade de participação nas diversas dimensões sociais.

No que se refere às competências comunicativas, Camacho et al (2012, tradução nossa) argumentam que tais competências englobam a manifestação de atitudes dialógicas e de escuta permanentes; o tratamento oportuno as inquietudes pessoais e coletivas; a gestão da linguagem assertiva e construtiva com a equipe de trabalho. Já as competências emocionais, de acordo com os autores, englobam a adaptação da diversidade encontrada; o entendimento ou empatia em

casos de necessidade e atitudes comprometidas de atores sociais; a expressão de solidariedade diante de situações vividas por outros; a valorização dos direitos humanos; e a socialização.

Dentre as principais competências Comunicativas, Córdova (2010) apresenta as seguintes: Capacidade de comunicação oral e escrita; Capacidade de comunicação em outros idiomas; Capacidade para utilizar as tecnologias de informação e comunicação; Capacidade de ouvir e entender os outros; Capacidade para transmitir conhecimentos; Capacidade para falar em público; Capacidade de argumentação e defesa de propostas; Capacidade de convencimento.

As competências Associativas e cooperativas, de acordo com Camacho et al (2012, tradução nossa) buscam a adaptação às normas socioculturais imperantes; disposição de solidariedade com os demais que evidenciarem as necessidades; demonstração da condição de liderança; interesse pela formação do capital social nas comunidades; entusiasmo e responsabilidade no desenvolvimento de tarefas; gestão com justiça e equidade das eventualidades dispostas; respeito aos demais trabalho em equipe; respeito às posições coletivas; e priorização dos interesses coletivos. Dentre as principais competências associativas e cooperativas, Córdova (2010, tradução nossa) apresenta: Capacidade de trabalho em equipe; Capacidades Interpessoais; Capacidade de motivar e conduzir metas comuns; Compromisso com a preservação do meio ambiente; Compromisso com o meio sociocultural; Valorização e respeito pela diversidade e multiculturalidade; Habilidades para atuar em contextos diversos.

De acordo com Fernández e Sánches (2011, tradução nossa), as competências de aprendizagem consistem na expressão das qualidades associadas ao desenvolvimento cultural necessário para alcançar a inclusão ativa do indivíduo no exercício da cidadania, a competência educativa, intimamente relacionada ao potencial educativo e educador do indivíduo e os pontos fortes educadores da sociedade, e desempenha uma função reguladora do comportamento cidadão. A competência de aprendizagem/educativa é premissa do exercício da cidadania, atendendo o seu caráter sócio formativo, uma vez que, se requer educar e educar-se para exercer a cidadania, e este processo enriquece o cidadão.

A partir de Córdova (2010, tradução nossa), as principais competências de aprendizagem são: Capacidade de aprender e se atualizar permanentemente; Capacidades para buscar, processar, analisar informações de diferentes fontes; Capacidade de internalizar conceitos e práticas; Capacidade de autoformação; Capacidade de autoaprendizagem; Capacidade de crítica e autocrítica.

Já, a competência Sócio Transformadora expressa o nexo dialético entre as convicções dos cidadãos, compartilhadas com os outros, na resolução de conflitos e situações que demandam a mudança social e o alcance estratégico. A interação das competências cidadãs básicas de problematizar, decidir, associar, mobilizar e socializar, que pautam as ações de mudanças de caráter tático, enquadram-se na competência sócio transformadora, que supera qualitativamente o desempenho social perante situações de maior relevância.

3 PROCESIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto a caracterização da pesquisa, o estudo apresenta uma abordagem quali-quantitativa, com o intuito de atender os objetivos e o problema deste estudo. Assim, utilizou-se a abordagem quantitativa na fase de levantamento dos dados e a abordagem qualitativa no sentido de permear o estudo de caso. Este trabalho também caracteriza-se como um estudo de caso, pois, de acordo com Richardson (2008), não é o estudo de um objeto, mas de um fenômeno, o que, configura-se na análise do curso de graduação em Administração da UFSC quanto às suas estratégias e às competências com o intuito de desenvolver a competência cidadã.

O estudo foi complementado pela adoção da estratégia de coleta e pesquisa survey, o que possibilitou um maior aprofundamento na fase de coleta de dados, que foi essencial para gerar subsídios para a análise crítica e reflexiva. Ainda quanto a natureza da pesquisa pode-se

delimitada como aplicada e descritiva. O intuito da combinação das abordagens quali-quantitativa, bem como o emprego das pesquisas aplicada e descritiva é de obter confiabilidade ao estudo de caso e *survey* que são realizados de forma transversal.

No que tange a coleta de dados, a pesquisa se deu em três momentos distintos. O primeiro momento consistiu na aplicação do *survey* com os alunos das três últimas fases do curso de administração e com os egressos do curso. O *survey* foi enviado por e-mail e também através de redes sociais. Em suma, para a verificação quanto ao desenvolvimento da Competência Cidadã nos acadêmicos/egressos do curso de administração-UFSC, foram realizadas 59 perguntas com relação às abstrações que compõem o construto Competência Cidadã. Dessas, cinco foram questões de filtro para verificar o ano de formação do aluno e para identificar aspectos socioeconômicos. No total 250 alunos/egressos responderam a pesquisa. Ainda concomitantemente a esta aplicação do *survey*, foi feita a análise documental do plano pedagógico do curso de Administração, as ementas das disciplinas, buscando também identificar as possibilidades e estratégias do desenvolvimento da competência cidadã.

No segundo momento da coleta de dados foram entrevistados os professores e gestores do curso de administração, assim foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 14 professores/gestores do curso buscando entender sua percepção sobre o tema em apreço e as estratégias utilizadas por eles quanto ao desenvolvimento da competência cidadã. Por fim, do total dos 250 alunos respondentes foram selecionados 52 alunos que se destacaram quanto ao desenvolvimento da competência cidadã, destes 52 alunos, 27 se dispuseram a participar da terceira etapa de coleta de dados. Assim foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas com esses 27 alunos/egressos buscando apurar com maior profundidade a questão do desenvolvimento da competência cidadã.

Quanto a análise dos dados, convém evidenciar que foi adotada a análise de dados de natureza qualitativa, e para tanto, conforme Gil (2002) houve a redução dos dados, a categorização destes, bem como a interpretação e o relatório com os resultados da pesquisa. Dessa forma, a análise dos dados levou em conta os pressupostos teóricos que nortearam a investigação e que foram contemplados nos instrumentos de pesquisa.

Como etapa inicial, as entrevistas realizadas com os gestores/professores buscaram explorar a realidade do curso quanto à organização, objetivos, metodologias utilizadas, e a suas percepções acerca da competência cidadã, com o intuito de compreender qual o tratamento dispensado a estas competências. As informações quanto ao perfil dos alunos, domínio que estes possuem das competências cidadãs, como também a percepção desses em relação ao curso e às abstrações que compõem a competências cidadãs foram verificadas em profundidade na etapa de levantamento aplicada com os formandos e egressos.

Já referentes às categorias de competências que compõem o constructo da competência cidadã, a saber: cognitivas, comunicativas, associativas e aprendizagem, foram destinadas respectivamente 13, 09, 06 e 05 perguntas, com o intuito de analisar se o curso possibilitou o desenvolvimento desses tipos de competências. Assim, para cada categoria, uma das questões era aberta com a intenção de que os alunos pudessem descrever as metodologias e didáticas atualizadas no desenvolvimento de tais competências.

No tocante à análise dos dados quantitativos, convém evidenciar que esses dados, antes de passarem por um processamento e análise, estavam em estado bruto. Para tanto, foram utilizadas técnicas de análise quantitativas, tais como gráficos, tabelas, e estatísticas (distribuição de frequências e correlações simples) que possibilitará à análise explorar, apresentar, descrever e analisar as relações e tendências dos dados.

No que tange as limitações da pesquisa a execução em campo do estudo está temporalmente delimitada de acordo com o calendário acadêmico do segundo semestre de 2015, bem como compreende apenas os acadêmicos das três últimas fases do curso de administração

presencial – UFSC do segundo semestre de 2015, e os egressos referentes aos semestres de 2010.1 a 2015.1.

4 RESULTADOS DO ESTUDO

Primeiramente cabe apresentar o curso, sua estrutura e perspectivas. O Curso de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina tem como objetivo geral formar o profissional-administrador dotado de **capacidade analítica** e empreendedora, com visão sistêmica da organização, para **constituir-se em agente de mudança e transformação social, tendo em vista a responsabilidade e a ética coletiva presente e futura.**

Já no que tange aos objetivos específicos, o curso busca formar um profissional técnica e eticamente apto a **compreender o social** e o natural que o cerca para a correta tomada de decisões nas **resoluções de problemas**; motivado e habilitado **para trabalhar em equipe**; capaz de criar e ampliar, conscientemente, oportunidades para o desenvolvimento da organização em que atua; apto a atuar na micro, pequena e média empresa, quer pública, quer privada; capaz de promover, na empresa em que atua, ações internas, criando sinergia entre pessoas e recursos disponíveis para a geração de processos eficientes e eficazes; com **percepção para identificar e diagnosticar problemas organizacionais e propor soluções viáveis**; desenvolver o **espírito crítico e inovador** na busca de novos conhecimentos organizacionais; e capaz de uma **atuação profissional alicerçada nos princípios éticos de uma cidadania consciente, tendo em vista a promoção do bem comum.**

É possível perceber na descrição dos objetivos propostos pelo curso de administração da UFSC que há uma série de referências ao desenvolvimento de características que vão ao encontro das competências cidadãs, como as destacadas em negrito. Assim, a partir da análise sobre as perspectivas dos gestores, professores e alunos, foi possível discutir o alcance dos objetivos e como estes possibilitam, ou não, o desenvolvimento das competências cidadãs.

De acordo com o projeto pedagógico do curso, o egresso do curso de administração da UFSC deve possuir competências **éticas, pessoais, profissionais, sócio afetivas, cognitivas, técnicas e de comunicação que o tornem capaz de melhor compreender-se a si mesmo e ao mundo** e, através da educação recebida, ter meios **para agir no mundo e contribuir para a vida em sociedade.** Esses aspectos são considerados a partir do paradigma referencial atual no qual a profissão, entendida como um saber profissional escrito, foi substituída pela profissionalidade, de amplo espectro de saber profissional.

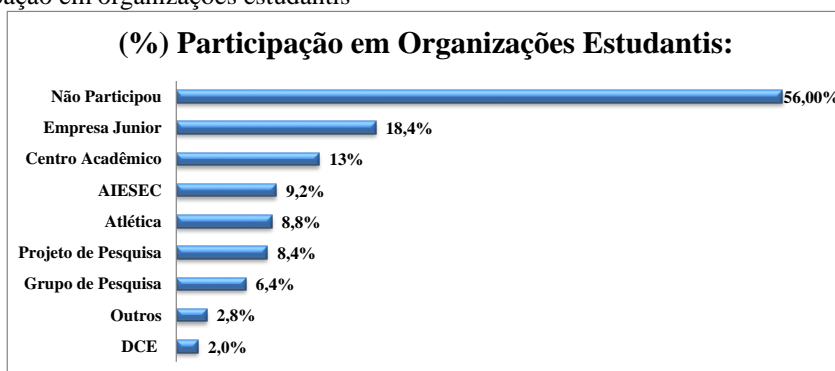
Já no que se refere às competências que o curso pretende desenvolver nos formandos, primeiramente vale destacar o conceito de competência na perspectiva do curso. Segundo o plano pedagógico, competência resulta da **capacidade do sujeito de mobilizar recursos (conhecimentos, habilidades e atitudes) para atuar numa determinada situação, para atingir o desempenho esperado e necessário para o desenrolar da profissão.** Ou seja, o conceito de competência atrela-se também a capacidade do sujeito em flexibilizar e adequar os conhecimentos informacionais, habilidades e atitudes à realidade circunstanciada.

4.1 O Desenvolvimento da Competência Cidadã

No que tange ao desenvolvimento da competência cidadã um aspecto que ganha destaque é a participação em organizações estudantis. A participação em organizações estudantis é tida pelos autores como uma importante estratégia para o desenvolvimento da competência cidadã, conforme salientado por Fernández e Sánchez (2012), ao afirmar que o desenvolvimento da formação cidadã dos estudantes pode estar relacionado a diferentes metodologias de formação, bem como está relacionada com a participação em atividades de impacto social, que podem ser tutorias, atividades e programas de pesquisa, projetos produtivos

e sociais, tarefa de educadores e atividades de organizações estudantis e políticas. No gráfico a seguir pode-se ver a relação quanto a participação em tais organizações.

Gráfico 1: Participação em organizações estudantis



Fonte: Dados primários – Elaborado pelo autor, 2015.

No segundo momento da pesquisa, no qual os alunos/egressos foram entrevistados, do total de 27 entrevistados, 26 afirmaram terem participado de alguma organização estudantil elencada no gráfico acima. Todos corroboraram com o pressuposto de que a participação em organizações estudantis possibilitam entender melhor o contexto da ação cidadã, bem como possibilitam desenvolver algumas competências do constructo da competência cidadã, que muitas vezes não são desenvolvidas no contextos da sala de aula. Diante do exposto, cabe refletir sobre a importância do incentivo à participação de atividades que outros centros e a universidade como um todo possibilitam, pois, como salientado pelo professor, diante do caráter funcionalista que o curso de administração apresenta por suas características, a participação em outros cursos podem possibilitar o desenvolvimento de uma visão mais ampla do entorno social, de aspectos da vida que vão além do contexto profissional.

Um aspecto importante quando se considera o desenvolvimento da competência cidadã é a criação de uma **cultura de participação ativa**. Nesse quesito a maioria dos respondetes discorda quanto à contribuição do curso neste propósito, principalmente devido ao foco no contexto profissional. Já os professores acreditam que o papel da universidade é de grande importância nesse sentido, porém destacam a limitação da perspectiva instrumental dos cursos de administração, bem como o tempo limitado das disciplinas, o que requer um projeto integrativo durante todo o curso. Destaca-se a fala de dois egresso: “[...] Acho que existem boas oportunidades para o desenvolvimento da cultura cidadã no curso, mais fora de sala, porém aqueles como eu não puderam fazer parte devido à falta de tempo né [...]”. (AE22, 2015); e “por se tratar de uma universidade federal, as alternativas de participação na comunidade são enormes. Porém os cursos, em sua maior parte, enfocam apenas a teoria tradicional e não consideram o contexto atual de mundo em geral [...]”. (AE16, 2015).

Já quanto as **competências cognitivas**, destaca-se que o curso possibilita em parte o desenvolvimento dessas competências, dando destaque as organizações estudantis, conforme destacado pelo egresso o curso em si desenvolveu pouco, as experiências em empresa júnior e estágio foram o ponto mais forte.” (AE19, 2015). Quanto as metodologias destaca-se a passagem de outro aluno: “estudos de caso, simulações, rodas de discussão, debates, trabalhos práticos.” (AE21, 2015). Já Os professores acreditam que o curso e as metodologias utilizadas possibilitam o desenvolvimento das competências cognitivas: com destaque para as metodologias nas quais há uma interação maior entre alunos e professores; e as metodologias nas quais os alunos possam se posicionar, como seminários, oficinas e discussões.

A maior contribuição do curso consiste no desenvolvimento das **competências comunicativas**, conforme destacado pelos alunos e pelos professores. Destaca-se as passagens dos alunos/egressos nesse sentido: “o curso estimula bastante a comunicação e a argumentação nas atividades de sala como apresentações e seminários” (AE22, 2015); “através do curso,

houve o incentivo para seminários entre outras propostas para estar transmitindo conhecimento ao público, a capacidade de argumentação foi desenvolvida no decorrer das atividades [...]” (AE2, 2015). Quanto às metodologias, destaca-se os trabalhos em equipe; posicionamento; atividades extraclasse, a disciplina em inglês e as atividades extraclasse.

No que tange as **competências associativas**, as competências de relação interpessoal e de trabalho em equipe, na opinião dos alunos/egressos, são desenvolvidas no curso através dos trabalhos em equipe e da relação diária com as pessoas, que são diferentes. No entanto, as competências que se referem à valorização do meio ambiente, da diversidade e de aplicação no contexto social, possuem pouca contribuição do curso. Metodologias que possibilitem a interação, discussão e posicionamento, são importantes para o desenvolvimento dessas competências.

A **competência de aprendizagem/educativa** é premissa do exercício da cidadania, atendendo o seu caráter sócio formativo, uma vez que, requer-se educar e educar-se para exercer a cidadania, e esse processo enriquece o cidadão. Nesse sentido, destaca-se a percepção dos alunos/egressos: “A autonomia requerida por um curso de graduação acaba por levar o aluno a desenvolver as competências de autoformação e autoaprendizagem, [...] sobre aprender a se atualizar e internalizar conceitos, acredito que faz parte do processo de aprender a aprender e da necessidade que temos disso na vida profissional e cotidiana.” (AE12, 2015). De acordo com os professores entrevistados, destaca-se a importância das metodologias bem como o incentivo por parte dos professores no desenvolvimento de uma cultura de aprendizado contínuo e de autoaprendizagem.

4.2 Reflexão Crítica

Neste tópico serão discutidos os resultados obtidos até o momento, buscando um confronto crítico e reflexivo entre os principais resultados da pesquisa e os aspectos teóricos do estudo. Assim, apresenta-se a seguir uma tabela em que se compara as médias entre as categorias de competências analisadas.

Tabela 1: Média por Categoria de Competências

| Categorias de Competências | Médias |
|-----------------------------------|---------------|
| Competências Chaves | 3,47 |
| Competências de Cultura Cidadã | 2,9 |
| Competências Cognitivas | 3,31 |
| Competências Comunicativas | 3,35 |
| Competências Associativas | 3,2 |
| Competências Aprendizagem | 3,6 |

Fonte: Dados primários – Elaborado pelo autor, 2015.

Com base na análise da tabela acima, é possível identificar que, em geral, as médias das categorias de competências analisadas apresentam um valor entre 3,2 e 3,6, com exceção da competência relacionada à cultura cidadã, que apresentou uma média de 2,9. Em razão de uma análise pormenorizada de cada questão apresentar mais detalhadamente as variáveis que possibilitaram chegar às médias apresentadas no gráfico, é possível neste momento, após a análise da percepção dos professores e dos alunos/egressos, apontar os principais fatores de destaque.

No que se refere às competências voltadas ao desenvolvimento de uma cultura cidadã ativa de participação, a média apresentada foi de 2,9. Com base nas entrevistas com os alunos, é possível perceber, de forma geral, que o curso contribui mais para o desenvolvimento do pensamento crítico do que para o desenvolvimento de uma vontade de participação ativa. De acordo com os estudantes, pelo foco dado ao curso, as metodologias e estratégias focam e priorizam quase que exclusivamente o contexto profissional em detrimento da formação para a

cidadania. Todavia, a universidade como um todo possibilita uma série de alternativas que podem contribuir de forma mais assertiva para o desenvolvimento desses aspectos, apesar de faltar a comunicação e o incentivo para participação nessas atividades.

Os professores também destacam que o viés funcionalista dos cursos de administração em geral priorizam os aspectos profissionais. Logo, os aspectos relacionados à formação de uma cultura de participação deixam a desejar, porém, apontam também a maior possibilidade de desenvolvimento em algumas disciplinas do que em outras. Nesse sentido, alguns professores destacam que a prioridade deve estar na formação integral do indivíduo, sendo a formação para a cidadania a prioridade. Outros, de maneira contrária, apresentam a posição de que a formação profissional deve ser prioridade.

Ao apresentar os resultados, cabe destacar a posição de Fernández e Sánchez (2011, tradução nossa), os quais enfatizam que as estratégias educativas nos contextos das universidades falham no potencial educativo do trabalho social ao privilegiar quase que inteiramente o profissional em detrimento da preparação para problematizar a realidade social. Argumentam ainda que as universidades, ao estarem afetadas pela improvisação, pelo esquematismo e pelo formalismo, não promovem eficazmente a autonomia e o papel de protagonista e responsável dos estudantes na atividade sociopolítica, nem o emprego criativo das ferramentas e dos valores da profissão para transformar situações sociais as quais estão correlacionados. Assim, diante do exposto, acredita-se que se deve ter um equilíbrio, maiores oportunidades e incentivo para o desenvolvimento da formação cidadã diante das necessidades da sociedade atual e futura.

Já, no tocante às demais categorias da competência cidadã, percebe-se que as médias de competências estão entre 3,2 e 3,6, considerando que o intervalo de resposta era de 1 a 5. As competências de aprendizagem ganham destaque por ter a maior média, principalmente devido ao maior grau de concordância dos alunos/egressos quanto à contribuição do curso para as competências de autoaprendizagem, autoformação e aprendizado contínuo. Já as competências chaves para a formação cidadã apresentaram uma média de 3,47, principalmente devido às questões referentes ao relacionamento interpessoal e trabalho em grupo, as quais, na percepção dos alunos/egressos, tiveram contribuição significativa do curso.

Já referente às competências cognitivas, comunicativas e associativas, as médias são menores, principalmente pelo motivo de que apresentam aspectos diretamente relacionados com o contexto social, e, nessa perspectiva, os alunos/egressos possuem a percepção de que o curso não contribuiu efetivamente para o desenvolvimento das competências que destacam o aspecto social.

Considerando os resultados da pesquisa, destacam-se alguns pontos os quais são percebidos como destaque nas falas tanto dos alunos/egressos quanto na dos professores entrevistados. Com relação ao papel das universidades na formação para a cidadania, destaca-se que, de maneira geral, na percepção dos professores, as instituições de ensino superior possuem papel importante nesse sentido, como é destacado nos seguintes discursos.

“Eu concordo que as IES têm papel fundamental na formação dos cidadãos. Entendo que a UFSC faz isso parcialmente quando leva os estudantes a refletirem sobre a realidade social que os cerca, oferecendo-lhes conteúdos que possam ser usados em diferentes espaços sociais, com finalidades plurais [...]” (P3, 2015).

“As universidades acredito que possuem como objetivo primeiro a formação para a cidadania e a formação profissional vem junto. E para isso acredito que o nosso curso deixa a desejar, mas há oportunidades, principalmente se nós pensarmos em uma maior integração entre os centros, nós temos uma multidisciplinaridade, mas falta a interdisciplinaridade, acho que outros cursos, disciplinas, palestras tem muito a contribuir no sentido do desenvolvimento para a cidadania [...]” (PG1, 2015).

A partir da análise das entrevistas com os professores, fica evidente a percepção do papel da universidade no desenvolvimento de uma formação para a cidadania, principalmente na

busca de uma formação completa, na qual os aspectos da cidadania ganham destaque. Nesse sentido, destaca-se a percepção de alguns autores os quais enfatizam que o ambiente universitário ganha evidência quando se fala em desenvolvimento da competência cidadã, uma vez que a sociedade espera que as universidades preparem seus profissionais para problematizar a realidade social.

Esse pensamento vai ao encontro do que Bernhein e Chauí (2008) enfatizam sobre a relação entre a sociedade e as universidades, ao dizerem que o mundo acadêmico deve envolver-se mais com os processos sociais, econômicos e culturais, mantendo as características que o distinguem como academia. Belloni (1989, p.55) defende posição semelhante ao afirmar que "a educação é um serviço ou bem público não só porque recebe recursos públicos, mas principalmente porque seus benefícios (profissionais qualificados, cidadãos conscientes, conhecimento produzido e disseminado) atingem toda a sociedade".

Além do papel da universidade para o desenvolvimento dessas competências, destaca-se as características dos sujeitos nessa fase da universidade, os quais possibilitam ainda mais efetivamente o desenvolvimento das competências cidadãs, que são evidenciadas por Ortiz (2008, tradução nossa) quando evidencia a natureza transitória, o desenvolvimento individual de autoconsciência, a capacidade de autodeterminação e auto aperfeiçoamento e a estruturação de convicções como características dessa fase da vida do indivíduo. O autor ainda salienta que o desenvolvimento particular de autoconsciência, autoestima e a capacidade de autodeterminação está nessa fase desenvolvimento da personalidade, incorporando a função autoeducativa e de auto avaliação, o que resulta na ampliação de possibilidades de potencialização de projetos de aperfeiçoamento da ação cidadã.

Assim, além do papel das universidades na formação de cidadãos, destaca-se que os sujeitos, nessa fase da vida, tomam decisões importantes nos âmbitos profissional e familiar e além da definição de uma posição política e da busca de uma projeção social definida. Essa fase é caracterizada pelo momento de transição de plena incorporação da atividade produtiva e social, levando a sustentar a peculiaridade da educação cidadã dos estudantes universitários como uma fase especial do processo de aprendizagem contínua.

Para finalizar este tópico, destaca-se que Alarcón e Sanches Noda (2000, tradução nossa) corroboram ao salientar que a missão social das universidades transcende o aspecto funcional das profissões, e enfatizam a responsabilidade com a formação integral do profissional para promover o desenvolvimento local e social. Logo, evidencia-se a necessidade do desenvolvimento da competência cidadã no contexto da educação profissional nas universidades, uma vez que as instituições de ensino têm um papel essencial, pois podem fornecer subsídios para que os jovens tornem-se profissionais e cidadãos participantes na sociedade.

No que se refere às metodologias utilizadas no curso e que contribuem para o desenvolvimento das competências cidadãs, é importante salientar que as competências relacionadas ao desenvolvimento do pensamento crítico, da comunicação e das capacidades associativas contribuem de forma mais efetiva na percepção dos alunos e também de alguns professores. No entanto, nas competências voltadas para o exercício cidadão, as metodologias utilizadas ainda não possibilitam um desenvolvimento nesse sentido, apesar de as atividades e a participação nas diversas organizações estudantis possibilitarem o desenvolvimento dessas competências.

Destaca-se que o objetivo da metodologia de desenvolvimento da competência cidadã consiste em sistematizar o processo de formação a partir do ativismo sócio-político que se concretiza na sócio transformação promovida conscientemente pelos profissionais universitários. E dentre as principais orientações no desenvolvimento das competências cidadãs, destacam-se as seguintes: a problematização da realidade e da própria atividade de formação; o ativismo sócio-político como atividade formativa com um conteúdo de confrontação criadora

com os problemas sociais; e a “transcontextualização” como expressão da atuação coerente do estudante universitário nos diferentes contextos.

Tendo como base a concepção complexa das competências, o processo de desempenho idôneo requer a integração do saber ser com o saber conhecer e o saber fazer, o que se constitui em uma atividade fundamental. Essa perspectiva tem como antecedentes basilares em primeiro lugar a proposta da UNESCO (1990) de formar pessoas com conhecimentos teóricos, práticos e valorativos-atitudinais em todos os níveis educativos.

Percebe-se que, na resolução de um problema com idoneidade, parte-se do interesse de fazer as coisas bem, de alcançar as metas propostas, obter produtos valiosos no contexto cultural e de trabalhar cooperativamente com os outros (saber ser). Requer o conhecimento do contexto e a compreensão do problema a partir de conceitos e categorias previamente construídas (saber conhecer) que orientam em como abordá-lo. Com base nisso, o indivíduo põe em ação procedimentos específicos para encontrar uma solução para o problema, tendo em conta o contexto e as possíveis mudanças, ou seja, o saber fazer.

Já Fuentes (2009) se sustenta no princípio da ‘ensinabilidade’ crítico reflexiva do exercício da cidadania. O que supõe que o processo de desenvolvimento das competências cidadãs deve estruturar-se a partir do exercício das ações de cidadania no dinâmico contexto formativo que emerge da integração e interação entre o centro de ensino e a sociedade em que está inserido

Logo se percebe que, de maneira geral, busca-se fazer a vinculação da teoria com a prática, bem como o princípio pedagógico baseia-se na ação para um caráter formativo do indivíduo em seu contexto cultural, social e profissional. Os objetivos, conforme Fernández e Sánchez (2012, tradução nossa), são buscar a vinculação entre a prática atual e futura, bem como transcender o simples exercício e propor situações reais na intenção de uma atitude crítica e reflexiva que aflora a reflexão e a ação, precedida pela problematização, avaliação e orientação.

O procedimento da problematização do exercício da cidadania possibilita ao estudante ter os instrumentos necessários para investigar a realidade social e estruturar suas ações cidadãs a partir do questionamento das práticas cidadãs, a partir da mobilização de experiências sociais e profissionais que são importantes para a compreensão da situação social a ser examinada. Esse processo se sustenta na relação entre a orientação educativa reflexiva e a reflexão cidadã.

Os autores ainda argumentam que, no âmbito do ensino superior, o desenvolvimento da formação cidadã dos estudantes pode estar relacionado a diferentes metodologias de formação, bem como está relacionada com a participação em atividades de impacto social, que podem ser tutorias, atividades e programas de pesquisa, projetos produtivos e sociais, tarefa de educadores e atividades de organizações estudantis e políticas.

A orientação educativa reflexiva também estimula a reflexão avaliativa, o diálogo construtivo, a mobilização referente à cultura cidadã e as potencialidades para assumir projetos coletivos. Além de permitir aprender a formular questionamentos acerca da realidade social. Já a reflexão cidadã implica que o estudante universitário seja capaz de auto avaliar o seu desempenho social, de aprender a empregar o diálogo construtivo como gerador de consensos, e assim, com base na avaliação do cenário atual, projetar ações futuras.

O objeto de estudo prático desta pesquisa foi o curso de administração da UFSC, e nesse sentido, cabe destacar a importância do desenvolvimento da competência cidadã diante do papel do administrador. O campo de atuação do administrador, que requer em menor ou maior grau o domínio da competência cidadã, considerando o seu papel social na construção do bem comum, conforme expresso na legislação que regulamenta a profissão. Nesse sentido, acredita-se que a atuação do administrador possui inúmeras possibilidades e, dentre elas, áreas que possibilitam a participação ativa e a mudança social, como na área de administração pública, na gestão de ONG'S, institutos, conselhos e outras organizações de cunho social.

4 CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo analisar a contribuição do curso de administração ofertado pela UFSC para o desenvolvimento da competência cidadã de seus egressos. Assim, foram entrevistados 14 professores/gestores, e aplicado um questionário com 250 alunos/egressos, e após foram entrevistados 27 alunos/egressos.

Os professores argumentam que o viés funcionalista dos cursos de administração, em geral, focaliza a formação voltada para o campo profissional, e que as estratégias e metodologias de ensino estão voltadas para essa perspectiva, não propiciando o desenvolvimento da formação cidadã. Já no que tange às competências cidadãs, por serem competências consideradas básicas, os professores destacam que o curso possibilita o seu desenvolvimento em partes, falhando principalmente naquelas que contemplam o contexto social. Apesar disso, fica evidente na fala dos professores que em maior ou menor grau o desenvolvimento das competências cidadãs é possível em todas as disciplinas, salientando, assim, a necessidade de se discutir acerca das estratégias e metodologias de ensino utilizadas no curso.

Na percepção dos alunos, no que tange ao desenvolvimento de uma cultura para a participação ativa no contexto social, o curso falha na busca de uma cultura de participação e de exercício da cidadania, e, em sua grande maioria, as estratégias e metodologias priorizam o contexto profissional. No entanto, a participação em organizações estudantis e atividades extraclasse possibilitam em maior grau o desenvolvimento dessa competência.

Já no que tange às outras categorias do constructo da competência cidadã, as competências cognitivas, comunicativas, associativas e de aprendizagem, a percepção dos alunos quanto à contribuição do curso no seu desenvolvimento é positiva. No entanto, corroborando com os professores, os alunos ressaltam que a contribuição do curso nas competências diretamente relacionadas ao contexto social é falha. Dentre as categorias de competências analisadas, destacam-se as competências comunicativas e de aprendizagem como as que mais têm o desenvolvimento possibilitado durante o curso.

Ainda com relação aos resultados da pesquisa, foi possível destacar a importância das organizações estudantis no desenvolvimento das competências cidadãs, assim como de outras atividades extraclasse como os grupos e projetos de pesquisa. Além disso, destacam-se as metodologias as quais incentivam que os alunos se posicionem, como os seminários, as discussões em sala, os trabalhos em grupo, e outras atividades em que os alunos buscam se posicionar. Salienta-se ainda que os alunos ressaltam a importância da formação voltada para a cidadania, sendo que consideram que a maioria das estratégias falha no potencial formador das competências atreladas ao contexto social.

Dentre as principais propostas, destaca-se que o curso deve possibilitar uma maior divulgação das oportunidades relacionadas às organizações estudantis, e principalmente no que tange aos grupos e projetos de pesquisa, pois, de acordo com os alunos entrevistados, não há uma divulgação de quais projetos o departamento dispõe, e poucos são os alunos que possuem a oportunidade de participar destas atividades. Além da comunicação, é necessário o incentivo para a participação nessas atividades. Outra questão proposta no que se refere às metodologias, é que haja o compartilhamento e a discussão sobre as estratégias utilizadas pelos professores, buscando dessa maneira possibilitar o compartilhamento de ideias que possibilitem o desenvolvimento das competências cidadãs.

Acredita-se que, para que o curso possibilite a mudança de cultura no sentido de possibilitar aos futuros egressos a problematização do exercício da cidadania, é necessário que se tenham disciplinas ao longo de todo o curso. Podendo assim, durante os nove semestres, disponibilizar ao estudante os instrumentos necessários para investigar a realidade social e estruturar suas ações cidadãs a partir do questionamento das práticas cidadãs, a partir da mobilização de experiências sociais e profissionais que são importantes para a compreensão da

situação social a ser examinada. Esse processo se sustenta na relação entre a orientação educativa reflexiva e a reflexão cidadã.

Para finalizar, destaca-se que os objetivos propostos neste estudo foram atingidos, e nesse contexto, quanto ao objetivo principal, o qual consistiu em analisar a contribuição do curso de administração da UFSC quanto ao desenvolvimento da competência cidadã, foi possível identificar que o curso contribui em partes, falhando no potencial de formação relacionado ao desenvolvimento de uma cultura de formação voltada para o exercício da cidadania, bem como para as competências relacionadas ao contexto social.

No entanto, no que se refere às demais categorias de competências analisadas - cognitivas, comunicativas, associativas e de aprendizagem -, por serem competências básicas, o potencial de contribuição do curso é positivo, na percepção dos alunos/egressos e professores, mas podem ser otimizadas no sentido de proporcionar aos egressos uma formação integral que considere os diversos contextos da vida do sujeito, bem como propicie a orientação educativa reflexiva e a reflexão cidadã.

REFERÊNCIAS

- ALARCÓN, R. SANCHEZ NODA, R. **Actualización del enfoque integral para la labor político ideológica em la universidad**. La Habana: Editorial Félix Varela, 2000.
- BARRERA, M.D.M; SALGADO, S.V.A. Cidadanías y Competencias Ciudadanas. **Estudios Políticos**, Medellín, jan-jun, 2012;
- BELLONI, I. Avaliação da universidade: por uma proposta de avaliação consequente e compromissada política e cientificamente. In: VIEIRA, Sofia Lerche, et al. **A universidade em questão**. São Paulo: Cortez, 1989.
- BERNHEIM, C. T; CHAUI, M. de S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília: UNESCO, 2008.
- BOLIVAR, A. **Educación para la ciudadanía: algo más que una asignatura**. Barcelona: Graó, 2007.
- CANÇADO, A; TENÓRIO, F. G; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos Ebape.br**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.681-703, set, 2011.
- CAMACHO, P.L de. CELAYARAN, O.F. de. SUÁREZ, I.S. de. FONTANILLA, N. Praxis de competencias ciudadanas em el ejercicio de la responsabilidad social universitaria. **Opción**, v.28, n.69, set – dez, 2012.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.
- CÓRDOVA. A. V. Competencias Cognitivas em la Educación Superior. **Revista Eletrônica de Desarrollo de Competencias (REDEC)** n.6, v.2, Talca, 2010.
- FERNÁNDEZ, M. de J.C. SÁNCHEZ, N.M. Formación de competencias ciudadanas em las universidades cubanas: una contribución para nuestra democracia. **Ciencia em su PC**, n.3, jul-set, 2011.
- FERNÁNDEZ, M. de J.C. SÁNCHEZ, N.M. Consideraciones del proceso de formación ciudadana del estudiante universitario. La singularidade de su dinámica desde la actividade sociopolítica. **Ciencia em su PC**: v.3, n.3, jul-set, 2012.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.
- GÓMEZ, G. V. La formación de la competencia cognitiva del profesor. **Estudios sobre Educación**, 12, 2007
- Halpern, D. F. **El pensamiento y el conocimiento: una introducción al pensamiento crítico**. (4ta Ed.) Mahwah, Nueva Jersey: Editores de Lawrence Erlbaum Associates, 1994.
- HIRSCHMAN, A. O. **As paixões e os interesses**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

- LE BOTERF, G. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- LÓPEZ HERRERÍAS, J. A. **Educación para una cultura comunitária: por una identidad metamoderna** . Valencia: Nau Llibres, 2002.
- LÜCHMANN, L. H. H. **A representação no interior das experiências de participação**. São Paulo: Lua Nova, 2007.
- LÚQUEZ, P. SANSEVERO, I. Dimensiones humanas comprometidas em el ejercicio de la responsabilidade social universitária. **Investigación em Ciencias Humanas**, 2010.
- MARDONES, O. C. Comprendiendo la adquisición de las competencias ciudadanas em alumnos de los programas de cualificación profesional inicial. **Educar**, 2013.
- ORTIZ, E. **Fundamentos Psicológicos del processo educativo universitário**. La Habana:Editorial Universitaria, 2008.
- REYZÁBAL, M. V. Las Competencias Comunicativas Y Linguisticas, Clave para la Calidade Educativa. **REICE**, n.4, v.10, 2012.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- SORIANO, E. Competencias ciudadanas em el alumnado de segundo ciclo de educación secundaria obligatoria de Almeria. **Revista de investigación Educativa**, 2006.
- TOBÓN, S. **Fornación baseada em competências: pensamento complejo, diseño curricular y didáctica**. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2ed, 2006.
- UNESCO. **Declaración Mundial sobre educación para todos**: La satisfacción de las necesidades básicas de aprendizaje. Jontien (Tailândia), 1990.